

MARXISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

MARXISMO Y RELACIONES INTERNACIONALES:
UNA RELACIÓN POSIBLE

Luiz Felipe Brandão Osório
Universidad Federal Rural do Rio de Janeiro



Luiz Felipe Brandão Osório es Profesor Adjunto de Relaciones Internacionales en la Universidad Federal Rural do Rio de Janeiro. Es Pos-Doctor em Derecho Político por la Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP y Doctor en Economía Política Internacional por Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, además de contar con una Maestría en Economía Política Internacional Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Es autor del libro *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*, (Editora Ideias & Letras) e investigador em el GT CLACSO Pensamento Jurídico Crítico, investigador vinculado en el Laboratório de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LADIH/UFRJ) y en el Grupo de Pesquisa Teoria Crítica dos Direitos Humanos (CNPq).

Resumo || O estudo das Relações Internacionais é um ambiente inóspito ao marxismo, como se fossem água e óleo, não se misturam. Ocasionalmente são apresentadas versões do marxismo diluídas no balaio das teorias críticas. O que a narrativa tradicional mascara é o caráter eminentemente internacionalista do marxismo, o qual tem nas relações internacionais uma preocupação nuclear. É este o objetivo deste artigo. A partir da exposição da conexão íntima entre relações internacionais e capitalismo; da centralidade do fator externo no pensamento de Marx; e do fio do imperialismo, responsável por tecer a aproximação dos campos, é que se descortina a relação (não apenas) possível entre marxismo e Relações Internacionais: necessária e fundamental. É no mercado mundial que o capitalismo atinge sua plenitude e extrai o oxigênio para sua sobrevivência. A essência internacional do capitalismo é apontada por Marx desde seus primeiros escritos, ficando evidente no ápice de sua obra teórica. E serão as teorias do imperialismo que iluminam os caminhos para se vislumbrar o real caráter das relações internacionais. Sobre as três premissas o texto será estruturado e desenvolvido, ainda que de maneira mais breve e sucinta do que deveria.

Palavras-chave || imperialismo – Estado – relações internacionais – marxismo – capitalismo

Resumen || El estudio de las relaciones internacionales es un ambiente inhóspito al marxismo que, como si fueran agua y aceite, no se mezclan. Ocasionalmente, se presentan versiones del marxismo diluidas en el campo de las teorías críticas. Lo que la narrativa tradicional enmascara es el carácter eminentemente internacionalista del marxismo, el cual tiene en las relaciones internacionales una preocupación nuclear. Este es el objetivo del presente artículo. A partir de la exposición de la conexión íntima entre las relaciones internacionales y el capitalismo, de la centralidad del factor externo en el pensamiento de Marx, y del hilo del imperialismo responsable de tejer la aproximación de los campos, es que se descortina la relación (no sólo) posible entre marxismo y Relaciones Internacionales, sino necesaria y fundamental. Es en el mercado mundial que el capitalismo alcanza su plenitud y extrae el oxígeno para su supervivencia. La esencia internacional del capitalismo es apuntada por Marx desde sus primeros escritos, quedando evidente en el ápice de su obra teórica. Y serán las teorías del imperialismo que iluminan los caminos para vislumbrar el real carácter de las relaciones internacionales. Sobre las tres premisas, el texto estará estructurado y desarrollado, aunque de manera más breve y sucinta.

Palabras clave || imperialismo – Estado – relaciones internacionales – marxismo – capitalismo



1. Introdução

A narrativa do surgimento das Relações Internacionais, enquanto campo científico, completa seu jubileu centenário. A data comemorativa é um oportuno momento para repensá-la. Ao invés de louvas, em meio à miséria e ao horror que povoam sua concretude, a tarefa premente é desconstruí-la. Desde seu marco inicial, com a criação da cátedra da disciplina no Reino Unido, em 1919, a sua trajetória ao longo dos anos carrega a falácia em seu âmago. Em função desse vício original, em meio a toda grande crise, como a atual, seus analistas e estudiosos entram em curto-circuito. Eles tentam tirar uma foto com o carro em alta velocidade. A edificação do terreno teórico em bases movediças limita a capacidade de desenvolvimento da ciência, bem como a eclipsa perante outras searas. A riqueza das Relações Internacionais, frequentemente, fica travestida em meio a debates aparentes ou discussões de filigranas que emperram seu afloramento.

Em função disso, cabe ao internacionalista que não se resigna ante o conforto das certezas ir além do que ensina a doutrina anglo-saxônica mais tradicional. As Relações Internacionais são muito mais do que mera narrativa de poder pelas grandes potências. Para tanto, ou seja, para que se constitua uma ciência no sentido pleno da palavra, para que funcione como uma ferramenta de compreensão e (fundamentalmente) de transformação do mundo é fulcral escancarar suas vísceras, escapando da jaula de aço que nos aprisiona. É sempre nas fraturas abertas que se pode ver o âmago da dor. Além da tarefa premente, também o contexto atual de crise de acumulação mundial descortina um fértil terreno para a superação dos falsos debates e para a imersão em uma releitura teórica do campo. A mudança de narrativa das Relações Internacionais não é um mero preciosismo acadêmico, mas o fermento para a modificação de paradigmas, haja vista que a prática transformadora se constitui a partir de uma teoria que a guie.

Nesse sentido, cabe aqui neste artigo apresentar a relação umbilical entre marxismo e Relações Internacionais, cujo cordão é o imperialismo. A empreitada demanda a reconstrução da narrativa, situando-a em seu marco preciso, para que sua trajetória real seja delineada, legando à margem tudo que é infértil e superficial, que em nada contribui para o desenvolvimento da matéria. Por isso, adentraremos em um ambiente que é rejeitado pelas leituras tradicionais e inóspito para os teóricos de superfície:

a ciência que é internacionalista, em todo seu cerne, o marxismo⁵².

Em outras palavras, o objetivo deste artigo é, a partir do ferramental de Marx e do marxismo, delinear os traços e a trajetória do estudo das Relações Internacionais, para além dos grandes debates e de seus desdobramentos. Saímos da dualidade e das teorias que se propõem intermediárias, mas são mais do mesmo, para ancorar o estudo na ciência que consegue explicar com maior nitidez a realidade internacional.

O caminho aqui será trilhado a partir das pegadas de Marx⁵³ e daqueles que lhe sobrevieram. É a tradição marxista que conferirá as balizas metodológicas e teóricas para que se possa haurir a interpretação científica sofisticada, completa e fidedigna às relações internacionais. São os autores marxistas que enfocam o papel do Estado e do capitalismo na dinâmica internacional. Por isso, eles têm como categoria central o imperialismo, atribuindo a esse fenômeno político-econômico a devida luminosidade. Logo, as interpretações sobre imperialismo será o fio condutor dessa narrativa⁵⁴.

Desse modo, o texto será estruturado em três grandes seções. A primeira amalgama capitalismo e relações

⁵² Nunca é demais lembrar que o termo marxismo é muito amplo, sendo o mais correto falar em marxismos, ante a amplitude de interpretações que se encontram dentro do mesmo signo. Para este artigo, especificamente, não cabe a discussão mais precisa do termo, servindo tanto a forma no singular quanto a do plural para tratar das visões sobre relações internacionais que partem ou de Marx ou de seus intérpretes imediatos.

⁵³ Engels entrará muito lateralmente nesta análise, haja vista que a maior contribuição dele é no *Manifesto Comunista*, mas não é lá que residem as principais teóricas elucubrações de Marx. Ao contrário da maneira como tratam muitos daqueles que ousam incluir o marxismo como teoria de relações internacionais, o ponto de partida para as análises marxistas não é Marx e Engels (ainda que este tenha tido enorme influência na vida e obra daquele), mas somente Marx (Bugiato, 2018; Halliday, 2007; Nogueira e Messari, 2005; Teschke, 2008; Vigevani *et al*, 2011),

⁵⁴ Importante salientar aqui, para este estudo, é que as vertentes marxistas aqui tratadas não necessariamente se confundem com teoria crítica, ramo mais aceito como uma ciência internacionalista de fato dentro dos meandros acadêmicos mais tradicionais. A teoria crítica, cujo cerne está em Gramsci e na Escola de Frankfurt, encontra-se dentro do que se convencionou chamar de marxismo ocidental, atribuindo relevância para outras questões, como a hegemonia, desigualdade, meio ambiente, cultura, ética e sociedade civil global, eclipsando, por vezes, o conceito de imperialismo. Logo, é relevante reconhecer seus méritos, como o de romper o tom monocórdio das academias centrais e de desenvolver estudos sobre hegemonia e classes sociais na política internacional. Ainda assim, não constará nesta trajetória. Para mais ver: Halliday (2007); Nogueira e Messari (2005); Garcia (2010); Ramos (2012); Teschke, (2008).



internacionais, ancorando a pedra fundamental da narrativa. As relações internacionais somente ganham especificidade e adquirem o conteúdo que hoje têm com o advento do capitalismo. Essa concepção é central para que não se retroceda a patamares da imprecisão histórica e teórica. A despeito de eras passadas, é só no capitalismo que as relações internacionais passam a estruturar-se em torno do eixo nuclear da mercadoria e os Estados, seus sujeitos principais, a atuarem como proprietários de seus territórios. Logo, se as relações internacionais frutificam no solo do capitalismo, cabe utilizar a ferramenta teórica que investiga essa engrenagem em sua totalidade, ou seja, a visão que parte do modo de produção histórico, a perspectiva de Marx, a qual será objeto da segunda seção. Apesar do autor não ter deixado um estudo sistemático sobre o assunto, as relações internacionais foram objeto de análise por ele em vários momentos de sua vida e obra, legando pistas importantes para o aprofundamento posterior. Marx vivera um momento de emergência do capitalismo enquanto modo de produção mundial. Aqueles que lhe sucederam sentiram na pele a consolidação e os efeitos da internacionalização das relações de produção, desenvolvendo as abordagens marxianas para outros patamares. Assim, na terceira seção, será traçada a trajetória das teorias marxistas sobre relações internacionais, com eixo no conceito estrutural que guia as análises, o imperialismo, categoria nuclear nas vertentes marxistas. A partir dessa reconstrução de narrativa, objetiva-se redirecionar o foco dos estudos para as reflexões críticas, as quais franqueiam, de fato, caminhos para a compreensão e transformação da realidade internacional.

Adiante!

2. Capitalismo e Relações Internacionais

É a partir da emergência do modo de produção capitalista, inaugurando a contemporaneidade histórica, que determinadas relações sociais e econômicas insculpiram suas bases estruturais específicas, delineando as relações internacionais. Em modos de produção pretéritos, o que se tenta associar como relações internacionais é impreciso, acontecendo em dinâmicas completamente distintas, haja vista as engrenagens centrais em nada se assemelharem. O primeiro passo na demarcação da narrativa das relações internacionais é fixar sua pedra fundamental. Nesse diapasão, é imprescindível apontar sua especificidade necessária, para que não se perca a precisão teórica em abordagens abstratas, a-históricas e transcendentais.

Cabe, portanto, para desvendar o real caráter das relações internacionais, tomar a direção da compreensão dos mecanismos e da estrutura que lhe conferem especificidade, ou seja, que permite identificar, a partir de certo ponto histórico, seu conteúdo e sua forma particulares, que contrastam irremediavelmente em relação a experiências anteriores.

O próprio léxico internacional ajuda nessa empreitada. Se as relações se desdobram entre nações, é precisamente com a emergência da forma política histórica de Estado-nação que elas passam a existir. Em outras palavras, as relações internacionais alicerçam-se e desdobram-se em um contexto político-econômico muito específico, aquele moldado pelas relações sociais capitalistas concretas. No cerne desse construto está a forma mercantil, da qual derivam os mecanismos de operacionalização dessa sociabilidade, como a forma política estatal (no qual se insere o Estado burguês, o Estado-nação ou o Estado nacional), o qual é o ator que caracteriza nominalmente a interação dos agentes. Assim, as relações internacionais fincam seus sustentáculos como manifestação mais plena do capitalismo, por meio de um sistema de Estados.

O Estado capitalista, por exemplo, não surge isoladamente, mas em coletivo, enquanto um sistema de Estados, sendo essa multiplicidade um traço estrutural do capitalismo (Braunmühl, 1983; 2017). O capitalismo é essencialmente internacional, ele não se limita a fronteiras geográficas ou políticas, expandindo-se ao máximo pelos quadrantes do globo. Seu espaço é o âmbito internacional e as relações internacionais configuram a sua manifestação específica. O capitalismo constitui-se, portanto, em sua forma mais desenvolvida no sistema internacional. O mercado mundial é a arena que capta os fenômenos capitalistas por completo. É a base e a atmosfera de vida do modo de produção capitalista (Barker, 1991; Clarke, 1991; Bonefeld; 2013; Caldas, 2015). Logo, estudar o capitalismo sem adentrar nas questões internacionais, é residir na incompletude.

Por sua vez, o horizonte teórico das Relações Internacionais é refratário à sua vinculação com o capitalismo. O panorama atual demanda um estudo orgânico e sistemático das relações internacionais que perpassa inexoravelmente o estabelecimento de balizas metodológicas e que viabilizem um olhar coerente e rigoroso sobre sua trajetória. Nesse exercício, cabe ao leitor atentar para as falácias postas pelas abstrações que cooptam essa seara científica para uma verve orgulhosamente e manifestamente ostentada como conservadora (Teschke, 2016). É interessante ressaltar como a narrativa científica das Relações Internacionais trata suas promiscuas relações com os aparatos



governamentais, gabando-se de ser uma ciência que se limita a repetir e, eventualmente, a sofisticar os discursos e posições oficiais dos Estados nacionais. Nesse sentido, há embutida no caráter científico de Relações Internacionais uma disputa também pelo conhecimento em âmbito mundial (Mendonça, 2015; Miyamoto, 2003; Monteiro e Gonçalves, 2015).

A partir da expansão do capitalismo pelos quadrantes do globo, com a intensificação do fenômeno próprio dos capitais, a internacionalização das relações de produção, a investigação científica inaugurou novos patamares, mas manteve o caráter enviesado. Não fortuitamente foi com o fim da Guerra Fria e a globalização financeira que os cursos de Relações Internacionais se expandiram consideravelmente por todo o mundo, sobretudo com uma franca ampliação na América Latina (Methol Ferré e Metalli, 2006). Justamente no momento de imposição da vitória da democracia liberal pelo mundo é que se percebe a necessidade de compreender as relações internacionais. Então, se verificou um espraiamento ainda maior da influência anglo-saxônica pelas universidades.

Se as relações internacionais se constituem e ganham especificidade com o advento do capitalismo enquanto modo de produção mundial, a segunda demarcação necessária significa partir da teoria que dissecou essas relações de produção e a sociabilidade que o estrutura.

3. Marx e Relações Internacionais

Ao desenvolver a anatomia da sociedade capitalista, válida e finita somente enquanto durar a dominância desse modo de produção histórico (Althusser, 1998), a qual não se limita a espaços nacionais, mas se completa no panorama internacional, Marx franqueia alternativas para solucionar os enigmas esfíngicos das relações internacionais. Por isso, o marxismo é a ciência internacionalista por essência, aquela capaz de captar a plenitude do capitalismo, modo de produção que somente se perfaz totalmente em âmbito internacional. Em meio ao contexto histórico e estrutural da heterogeneidade entre países que predomina no sistema internacional, nada melhor do que evocar a concretude da totalidade social dos fenômenos sociais para apreender sua real forma. É somente no capitalismo que as relações internacionais adquirem especificidade, em meio à inevitável expansão dos capitais e da conseqüente internacionalização das relações de produção, constituindo a mercadoria seu elemento central. Como os Estados no capitalismo não emergem

isoladamente, mas em multiplicidade, desde os primórdios do modo de produção, a tendência à expansão, à internacionalização já pode ser verificada, ainda que sua mundialização somente se consolidasse anos mais tarde.

Em meados do século XIX, com a sociabilidade burguesa já estabelecida na Inglaterra e em franca expansão pela Europa continental, Karl Marx (1818-1883), com a valiosa contribuição de Friedrich Engels (1820-1895), transforma completamente o pensamento social ao elaborar a crítica acerca do modo de produção capitalista em seu permanente movimento de desenvolvimento, traçando a radiografia da sociedade burguesa, com o fulcro de interpretar a realidade, mas não apenas. O objetivo final era compreendê-la para transformá-la radicalmente (pela raiz), revolucioná-la. Assim, lança as bases do método materialista histórico-dialético. O estudo do capitalismo com fulcro em sua origem histórica enquanto um sistema socioeconômico e seu lugar na história da humanidade inaugura o rompimento com as vertentes anteriores e estrutura novos alicerces do pensamento social. Por essa concepção, o que se verifica na decorrência dos modos de produção pelos tempos é o inerente conflito entre as forças materiais, em uma relação necessariamente dual e conflitiva, não podendo existir uma classe sem a outra, e nunca unitária. A acomodação das lutas leva a formas sociais concretas que estruturam a sociabilidade capitalista. Das premissas marxianas partem inexoravelmente as reflexões que se propõem críticas acerca da realidade vigente. A dinâmica globalizante já era anunciada pelo alemão de Trier, na obra conjunta com Engels, em meio à realidade industrial daquele interim, *O Manifesto Comunista*.

O que se comprova desde os primeiros esboços de investigação sobre a sociabilidade capitalista. Ao longo das várias linhas de suas obras, bem como no plano de estudo que Marx traçou, as reflexões marxianas sobre Estado e mercado mundial encontravam-se presentes. É possível identificar por suas obras excertos esparsos que tratam de mercado mundial, monopólios e competição, bem como da expansão do capitalismo pelo mundo, com maior ênfase, desde o *Manifesto Comunista* (1848), que escreveu com Engels, passando pelos *Grundrisse* (1857-1858) e, mais claramente, nos Tomos I e III de *O Capital* (1867 e 1894), sem relegar completamente outras obras.

O que se trouxe à tona com a publicação dos *Grundrisse*, de 1857-1858, foi a relevância do âmbito internacional para a compreensão plena do capitalismo. O mercado mundial é desenvolvido como o ponto de chegada, a parte final de sua pesquisa. O plano originário estrutural para *O Capital* perfazia o



caminho completo em 6 volumes, cuja parte derradeira era sobre o mercado internacional e as crises. Quase dez anos depois, em 1865, Marx optou por um esquema mais enxuto e mais próximo daquele efetivamente publicado, dividido em quatro livros. O Livro I ficaria por conta do processo de produção do capital. O Livro II referente ao processo de circulação do capital. O Livro III tocante ao processo global da produção capitalista. Por fim, o Livro IV sobre história da teoria. Não obstante toda a polêmica acerca das edições e compilação *post-mortem*, o que se denota, por ora, é a preocupação nas reflexões marxianas com a expansão do capitalismo no espaço internacional (Marx, 2013; Rosdolsky, 2011).

A imanente tendência à expansão do capital é detectada por Marx, sem que ele tenha feito referência direta ao termo imperialismo e sem que tenha realizado um estudo sistemático sobre as relações internacionais. Ainda assim, a prematura morte do intelectual alemão, em 1883, não impediu a fertilização de suas ideias em um século de ebulição e de consolidação da classe operária. À sua época fez brilhantes análises sobre o colonialismo britânico em locais distintos, denunciando a essência dessa prática, as quais repercutiram mundialmente. Malgrado os relevantes escritos de Marx sobre política internacional, nos quais, em artigos de conjuntura, publicados em periódicos (Carnoy, 1994; Ferreira, 1999), impunha sua visão sobre as experiências ultramarinas britânicas, o pensador alemão não legou obras sistematizadas e acabadas sobre o tema. Mesmo assim, a tendência expansiva do capital foi ressaltada ao longo de seus escritos. “A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital” (Marx, 2011:332).

No livro III d'O Capital, na reunião inacabada e editada por Engels, as observações mais assertivas aparecem. Intitulado o processo global da produção capitalista, este volume derradeiro da crítica à economia política argumenta basicamente que o mercado mundial constitui em geral a base e a atmosfera vital do modo de produção capitalista, sendo o pressuposto e o resultado da reprodução das relações sociais capitalistas (Marx, 2017). Essa percepção sugere que o mercado mundial não é produto da soma de vários Estados ou de suas economias nacionais, senão, é a condição por meio da qual existem as relações entre Estados. O mercado mundial apresenta-se como a forma universal de existência capitalista. Em outras palavras, é por meio do mercado mundial que a mercadoria deixa de ser nacional para ser irrepreensivelmente capitalista. Com esse legado teórico, não foi imprescindível, portanto, para Marx, escrever um livro específico

sobre o tema para que este ganhasse consistência e um posterior desenvolvimento notável. Muito além de seu tempo, o filósofo de Trier já interpretava com argúcia os desdobramentos da intensificação das relações de produção capitalistas⁵⁵.

Marx não vivera esse momento de exponencial transmutação e internacionalização do capitalismo, mas suas premissas foram, todavia, ratificadas ao longo dos tempos. Os autores que lhe sobrevieram, e dele extraíram a matriz teórica, buscaram interpretar suas ideias acerca das relações internacionais e o capitalismo, tendo em vista a inédita expansão das relações de produção pelo mundo.

4. Marxismo, Relações Internacionais e Imperialismo

O que se verifica é que o pensamento de Marx sobre relações internacionais não ficou perdido em meio à vastidão de sua obra. Ao contrário, foi o fio que de pronto serviu para que suas ideias se fertilizassem nas reflexões político-econômicas vindouras. Foi o ponto de partida daqueles que se colocaram na posição de sucessores do pensador alemão. Em outras palavras, a interface entre marxismo e Relações Internacionais é muito mais próxima do que se imagina. O prisma mais reluzente dessa imbricação é o imperialismo. É nos debates teóricos e políticos, os quais traduzem a realidade político-econômica do modo de produção e, conseqüentemente, das relações internacionais, que se vislumbra com maior nitidez marxismo e relações internacionais como faces da mesma moeda.

O nome imperialismo é utilizado, pioneiramente (e isoladamente), com o sentido mais economicista, por um autor não marxista, Hobson, mas que declaradamente inspirou os marxistas, como fica claro no caso de Lênin, sobretudo no tocante ao termo vinculado à exportação de capitais. A despeito disso, é nos círculos marxistas que houve a imediata e sistemática dedicação ao tema. Pelo menos desde a Internacional Socialista (ou Segunda Internacional, iniciada em 1889), passando pelo congresso realizado em Stuttgart (Andreucci, 1984), em 1907, mais precisamente, ocupando lugar de destaque, até a Primeira Guerra e a Revolução Russa, em 1917. O contexto favorecia o desenvolvimento da matéria. As transformações na produção

⁵⁵ Não fortuitamente, aparece na edição utilizada nesta pesquisa d'O Capital o capítulo 25 do Volume I, a teoria moderna da colonização para tratar do fenômeno emergente e crescente de expansão das relações capitalistas para outras áreas virgens, cujo exemplo inspirador do pensador alemão naquele momento era os Estados Unidos.



industrial, com o fortalecimento dos monopólios, a concentração e centralização produtiva, a emergência do setor financeiro e a exportação crescente de capitais, bem como o acirramento das rivalidades e a intensificação do uso da violência e do domínio pelo mundo, impulsionaram as relações de produção capitalista para outros patamares. O inevitável movimento de internacionalização das relações de produção foi o fio condutor das análises e serviu de eixo para teorizações vindouras sobre a temática internacional, que frutificaram em contextos bem mais propícios, como o que se avizinhava.

Na trajetória das relações internacionais dentro da perspectiva marxista, em termos de desenvolvimento do capitalismo, é possível traçar três grandes momentos que traduzem substanciais transformações nas bases e na sociabilidade do modo de produção, orientados por crises estruturais e suas guerras correspondentes. Consequentemente, mudanças também na concepção de imperialismo (Osorio, 2018). Na miríade de interpretações que se apresentam e nas oscilações sofridas pelo conceito, emerge a necessidade de sistematização e de organização do universo de abordagens marxistas (muitas das quais são até confrontantes). As alterações no panorama mundial podem ser ilustradas pelas diferentes fases do desenvolvimento capitalista em meio às estratégias de valorização apresentadas, às formas político-institucionais correspondentes e às relações sociais de forças (Boyer, 1990; Hirsch, 2010; Jessop, 1991).

Atrelar o imperialismo ao capitalismo é não apenas dar marco e rigor científico ao conceito, mas também compreender as suas inegáveis transformações a partir das mudanças dentro do modo de produção em escala mundial. Em outras palavras, ter em mente a historicidade do capitalismo é central para entender as mudanças no conceito de imperialismo. Essa linha do tempo do imperialismo vai desde o momento pioneiro da internacionalização das relações de produção, anelando guerras e crises estruturais. Parte do quartel derradeiro do século XIX, que traz caudatária a primeira grande crise estrutural e a Primeira Guerra Mundial, passando pelo interregno de reconfiguração mundial após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, até chegar à crise do fordismo e a consequente dissolução da União Soviética. É para esse exato período de vitória da democracia liberal e da globalização econômico que os holofotes precisam ser direcionados.

O debate inaugural é chamado de pioneiro e, consequentemente é o fundante das Relações Internacionais enquanto campo científico. Da primeira grande crise, a grande depressão até a primeira grande guerra, a Mundial, é factível

traçar um fio condutor entre as ideias que investigaram com profundidade as transformações do capitalismo. Há um amplo consenso de que os autores que desse ciclo são Hilferding, Kautsky, Luxemburgo, Bukharin e, principalmente, Lênin (Barone, 1985; Brewer, 1990). Reservadas as peculiaridades de cada um, há elementos que permitem conjugá-los em um mesmo interregno. As preocupações que carregam os autores dessa época estão vinculadas às razões da expansão das relações capitalistas pelo mundo e seus desdobramentos, como as rivalidades interestatais, competição e guerras decorrentes. Esses sinais evidenciavam a expansão do capitalismo pelo globo, o que, por sua vez, ilustrava crise e o consequente acirramento das contradições do modo de produção, abrindo frestas que poderiam levar à sua transição socialista ou à sua superação revolucionária. Após a fase do capitalismo concorrencial, as condicionantes detectadas apresentavam a era do capitalismo monopolista, derradeira. As leituras desse cenário pautavam-se pelo viés economicista, atribuindo à base material econômica a força determinante das relações sociais, inclusive do ente político estatal, observando o Estado como resultado da dinâmica financeira, atendendo inevitavelmente aos interesses burgueses.

Em um contexto muito díspar em relação ao predecessor, as visões pioneiras são revisadas e adaptadas à nova realidade concreta, que irá aproximadamente de 1945 até os anos 1970. O fim da Segunda Guerra Mundial reconfigura completamente as peças do tabuleiro global. Um mundo novo descortina-se após a Revolução Russa, a destruição material das potências europeias e da emergência da hegemonia estadunidense. O rearranjo no modo de desenvolvimento do capitalismo ocorreu em meio à historicidade do capitalismo alicerçado a um regime de acumulação interno ou nacional e a um modo de regulação corresponde keynesiano, estatal-intervencionista ou de bem-estar social, em uma dinâmica cunhada como o debate fordista⁵⁶. Logo, assim será o chamado o debate dela decorrente. É exatamente desse íterim em diante que as relações de produção capitalistas extrapolam o continente europeu e outros pontos isolados do

⁵⁶ Apesar da origem do termo designar a homenagem a Henry Ford que inseriu pioneiramente a esteira rolante na montagem de automóveis, o fordismo aqui discutido toca o sentido dado pela teoria materialista do Estado e pela escola regulacionista francesa, e não se confunde com a semântica dada por Gramsci (2008). O fordismo não está relacionado às ideias de organização da produção industrial retiradas originariamente de Frederick Taylor, mas, sim, abarca um padrão de desenvolvimento, composto pelos regime de acumulação e modo de regulação correspondentes a um período histórico do desenvolvimento capitalista específica, impulsionado pela crise estrutural de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Para mais ver: Hirsch (2010) e Jessop (1991).



globo para chegar a todos os quadrantes do mundo. Não fortuitamente a periferia mundial entra definitivamente para jogar as regras do jogo capitalista. A industrialização em parte da América Latina, as descolonizações na Ásia e na África e as revoluções socialistas são exemplos emblemáticos de que o panorama se alterara substancialmente. No tocante ao imperialismo, no centro, a questão ainda estava muito atrelada ao período anterior e acabou ficando eclipsada por outros elementos, tendo o tema pouco desenvolvimento; na periferia, ao contrário, o imperialismo era um ponto central e passou a ser debatido por teóricos e militantes nativos, o que permitiu ao tema que se reverberasse. Aqui se questionava o porquê do bloqueio à modernização e da industrialização seletiva. Cumpre aqui falar de autores que ou estavam no centro com o olhar voltado à periferia ou aqueles enraizados no hemisfério meridional. Notadamente, destacam-se as correntes do capital monopolista, de Baran e Sweezy; especialmente, os teóricos marxistas da dependência, como Frank, Dos Santos, Bamberger e Marini; e autores do sistema-mundo, como Wallerstein e Arrighi, ou das trocas desiguais, como Amin e Arghiri. Revisado, o conceito de imperialismo, tendo os pioneiros como baliza (a ênfase às crises de acumulação, à competição interestatal e às guerras), passa necessariamente atravessado por outros aspectos, como a dominação do centro à periferia e as relações de dependência desta ao capitalismo central.

O período narrado acima é curto cronologicamente, configurando muito mais um período de transição, haja vista que já na década de 1970 começa a entrar em colapso. A crise do fordismo arrasta-se e adentra o fim da Guerra Fria, com a dissolução do bloco socialista na Europa Oriental, a derrocada da União Soviética e a queda do muro de Berlim. A partir dos anos 1990, a abertura dos mercados e a financeirização das economias trazem uma nova dinâmica para a trajetória do capitalismo. A internacionalização das relações de produção ganha outros patamares, intensificados, uma vez que a produção deixa de residir sobre a base nacional-estatal e passa a disseminar-se pelo mundo, em uma organização difusa e desconcentrada. Do fordismo transita-se para o toyotismo, no sentido de racionalizar ainda mais a organização do trabalho. O Estado altera as diretrizes na intervenção em prol de políticas públicas e direitos sociais, reconfigurando-se ainda mais aberto aos sabores e aos dissabores do mercado internacional. Se no ínterim anterior, o regime de acumulação era interno ou nacional e seu correspondente modo de regulação era estatal-intervencionista, de bem-estar social ou keynesiano, o que caracterizava o

capitalismo fordista, pode-se cunhar a interregno pós-1991 de capitalismo pós-fordista (Bonefeld e Holloway, 1991). Se o pensamento das Relações Internacionais segue os rumos da toada das relações de produção capitalistas, a intensificação da tendência à internacionalização levou a seara internacionalista aos holofotes dos debates políticos e acadêmicos. Inicialmente, ficou encapsulada dentro da euforia liberal, que logo foi estilhaçada pelas contribuições marxistas que voltaram à tona para reavivar as discussões. Nesse sentido, adquirem relevância o livro *Império*, publicado por Hardt e Negri (muito mais pela crítica que provocou do que pelo brilhantismo das ideias) e os ataques de setembro de 2001 aos Estados Unidos, ressuscitando as correntes marxistas do imperialismo. Dos anos 2000 em diante, verificou-se significativa expansão dos debates do imperialismo, retomando a carga em plena potência. Do emaranhado de interpretações dessa época é possível apontar, ao menos, três direções: a) aquelas que tratam em maior ou menor medida, da hipostasiação de poder⁵⁷ (ainda que tenham tido repercussões distintas e que politicamente se coloquem até como antípodas), como Hardt e Negri, globalistas, de um lado, e Panitch, Gindin e Wood, de outro, conferindo à hegemonia e ao papel do Estado-nação, em sua função extraeconômica, importância fundamental; b) aquelas que enfatizam as rivalidades interestatais, como Harvey e Callinicos, articulando questões políticas e econômicas como a dualidade do imperialismo; c) aquelas que defendem a retomada de categorias econômicas marxianas para entender e agregar a luta de classes, partindo da economia para entender a política, como as concepções da teoria materialista do Estado (Bonnet, 2007; Mascaro, 2013; Míguez, 2010), cujo expoente mais notório é Hirsch.

Traçada essa linha do tempo, do século XIX ao XXI, percebe-se que marxismo e relações internacionais possuem uma relação bem mais estreita do que se apregoa. Pela mirada do imperialismo a interface fica ainda mais indisfarçável. O que se verificou ao longo dos anos é que as relações internacionais, em si, não tem uma caminhada própria, alheada, isolada, mas elas caminham passo a passo com as transformações do capitalismo, as quais são carreadas pelos acontecimentos político-

⁵⁷ Para Osório (2018) é a defesa da autonomia da política em relação à base econômica. O imperialismo é vertido basicamente em torno dos elementos políticos, como a correlação política na luta de classes sociais (ou no fragmento de classes), preponderantes sobre as bases econômicas, buscando em elementos que não as categorias econômicas marxianas, a explicação para os fenômenos sociais. A disputa por frações classistas ou grupos políticos confere a tonalidade da condução do poder no Estado e conseqüentemente nas relações internacionais.



econômicos, em meio à luta e à correlação de classes, como grandes guerras e crises estruturais. Os conceitos assim também variam, a depender do contexto, o conceito de imperialismo foi moldando-se, oscilando como nenhum outro, de virtuoso a desvirtuado, retornando, agora, à baila, com toda sua imprescindibilidade para a análise das questões mundiais. Desse modo, por meio de um breve panorama da trajetória do capitalismo no cenário internacional, é possível descortinar o fértil horizonte que se coloca ante a interface entre marxismo e relações internacionais.

5. Observações finais

Diante do que foi exposto, o marxismo revela-se a ciência apta a decifrar os enigmas esfíngicos das relações internacionais. O marxismo é a ciência internacionalista por essência, aquela capaz de captar a plenitude do capitalismo, modo de produção que somente se completa em âmbito internacional. Em meio ao contexto histórico e estrutural da heterogeneidade entre países que predomina no sistema internacional, nada melhor do que evocar a concretude da totalidade social dos fenômenos sociais para apreender sua essência. A inserção do marxismo nos debates internacionais, além de imprescindível, é incontornável para superar a aparência de sofisticação e penetrar até o cerne da realidade.

Muito mais do que frases de afirmação, ficam aqui expostas vertentes para que o internacionalista caminhe no viés crítico da pesquisa em Relações Internacionais. Desde a imbricação entre relações internacionais e capitalismo, na qual este confere a especificidade daquela, diferenciando-as de relações externas de outros modos de produção históricos, ou seja, a demarcação da historicidade da ciência; passando pela sucinta mirada no pensamento de Marx sobre relações internacionais, o qual não apenas frutificou em autores posteriores, como, por si só, já é rico e franqueia diversas rotas de exploração, sobretudo tomando Marx a partir d'O *Capital* e das categorias econômicas nele presentes; até o deslocamento da narrativa para a trajetória das relações internacionais no capitalismo contada através do conceito de imperialismo, ponto mais reluzente da conexão entre marxismo e relações internacionais.

Em suma, ao internacionalista não se acomoda no conforto das certezas, cumpre a tarefa de romper com a narrativa dada pelo mundo anglo-saxão e buscar alternativas na crítica, no arcabouço teórico que, de fato, supera as estruturas dominantes

das relações internacionais. Principalmente, o estudioso ou interessado da periferia, ao qual a resistência é o que lhe resta ante as explorações cotidianas. E as forças de transformação da prática precisam estar articuladas com uma teoria que a conduza, sob pena de não conseguirem sair do lugar. Redimensionar o universo teórico e deslocar seu ponto de partida e a trajetória de seu desenvolvimento é um passo inicial, porém, decisivo nessa empreitada. Esse artigo é apenas uma parca contribuição, que, ora, se encerra.



Referencias bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis (1998). "Marxismo como teoria finita". *Revista Outubro*. Nº 5. Edição 02 de 1998, pp. 63-73. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-marxismo-como-teoria-finita/> [Recuperado el 3/3/2019]
- BARKER, Colin (1991). "A note on the theory of capitalist States". En: CLARKE, Simon [ed.]. *The State debate*. London: Palgrave Macmillan, pp. 182-191.
- BARONE, Charles (1985). *Marxist Thought on Imperialism. Survey and Critique*. New York: M.E. Sharpe, Inc.
- BONEFELD, Werner (2013). "Más allá de las relaciones internacionales: acerca del mercado mundial y el estado-nación". Em: KÁN, Julián; PASCUAL, Rodrigo [comps.]. *INTEGRADOS (?) Debates sobre las relaciones internacionales y la integración regional latino-americana y europea*. Buenos Aires: Imago Mundi, pp. 43-70.
- BONEFELD, Werner e HOLLOWAY, John (1991). "Introduction: Post-Fordism and social form". En: BONEFELD, Werner e HOLLOWAY, John. *Post-Fordism & social form. A Marxist debate on the Post-Fordist State*. London: Macmillan Academic and Professional LTD, pp. 1-7.
- BONNET, Alberto (2007). "Estado y capital: debates sobre la derivación y la reformulación del Estado, en Thwaites-Rey, Mabel [org.]. *Estado y marxismo: un siglo y medio de debates*. Buenos Aires: Prometeo Libros, pp. 269-296.
- BOYER, Robert (1999). *A Teoria da Regulação. Uma análise crítica*. Tradução Renée Barata Zicman. São Paulo: Nobel.
- BRAUNMÜHL, Claudia von (1983). "Mercado mundial y Estado nación". Em: *Cuadernos Políticos*, Nro. 35, enero-marzo, pp. 4-14.
- BRAUMÜHL, Claudia von (2017). "El análisis del Estado burgués en el context del mercado mundial. Un intento por desarrollar una aproximación metodológica y teórica". Em: BONNET, Alberto e PIVA, Adrián [eds.]. *Estado y capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, pp. 1-15.
- BREWER, Anthony (1990). *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. 2nd. ed. London: Routledge.
- BUGIATO, Caio (2018). "Marx e Engels: política internacional e luta de classes". Em: *Revista Carta Internacional*, Vol. 13, Nro. 3, Belo Horizonte, pp. 193-212.
- CARNOY, Martin (1994). *Estado e teoria política*. Campinas-SP: Editora Papirus.
- CLARKE, Simon (1991). "The State Debate". En: CLARKE, Simon [eds.]. *The State Debate*. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 1-61.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves (1999). "Globalização: última etapa do capitalismo?" Em: *Cadernos CRH*, Nro. 30/31, Salvador: jan/dez, p. 265-288.
- GARCIA, Ana Saggioro (2010). "Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial". Em: *Contexto Internacional*, Vol. 32, Nro. 1, janeiro/junho, pp. 155-177.
- GONÇALVES, Williams e MONTEIRO, Leonardo Valente (2015). "O monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das Relações Internacionais". Em: *Revista Século XXI/ESPM*, Vol. 6, Nro. 1, Janeiro/Julho, pp. 53-70.
- HALLIDAY, Fred (2007). *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- HIRSCH, Joachim (2010). *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- JESSOP, Bob (1991). "Regulation theory, post Fordism and the State. More than a reply to Werner Bonefeld". En: BONEFELD, Werner e HOLLOWAY, John. *Post-Fordism & social form. A Marxist debate on the Post-Fordist State*. London: Macmillan Academic and Professional LTD, pp. 69-91.
- MARX, Karl (2011). *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- MARX, Karl (2013). *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl (2017). *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo.
- MASCARO, Alysso Leandro (2013). *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MENDONÇA, Filipe (2011). *Entre a teoria e a história: a política comercial dos Estados Unidos na década de 1980*. São Paulo: Editora UNESP.
- METHOL FERRÉ, Alberto e METALLI, Alver (2006). *A América Latina do século XXI*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MÍGUEZ, Pablo (2010). "El debate contemporáneo sobre el Estado en la teoría marxista: su relación con el desarrollo y la crisis del capitalismo". Em: *Estudios Sociológicos de el Colegio de México*, Vol. XXVIII, Nro. 84, septiembre-diciembre, pp. 643-689.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. "O ensino das Relações Internacionais no Brasil: problemas e perspectivas". Em: *Revista Brasileira de Sociologia e Política UFPR*, Nro. 20, junho, pp. 103-114.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier.
- ROSDOLSKY, Roman (2001). *Gênese e Estrutura de O Capital*. Tradução de César Benjamim. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/ Editora UERJ.
- TESCHKE, Benno (2016). "Repensando as relações internacionais: uma entrevista com Benno Teschke". Entrevista realizada por George Souvlis e Aurélie Andry. Em: *Outubro Revista*, Edição 27.
- VIGEVANI, Tulio et al. "A contribuição marxista para os estudos de Relações Internacionais". Em: *Lua Nova*, Nro. ° 83, pp. 111-143.

Recepción: 28/03/2019

Aceptación: 18/05/2019